

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.590.872 - SP (2016/0074236-0)

RELATORA : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**
RECORRENTE : **ELIANA CARVALHO DO AMARAL COUTINHO**
RECORRENTE : **ANDRE DO AMARAL COUTINHO**
RECORRENTE : **ALBERTO COUTINHO FILHO**
RECORRENTE : **CRISTIANA DO AMARAL COUTINHO**
ADVOGADOS : **ALEXANDRE TADEU NAVARRO PEREIRA GONÇALVES E**
OUTRO(S) - SP118245
THIAGO D'AUREA CIOFFI SANTORO BIAZOTTI - SP183615
RECORRIDO : **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**
ADVOGADOS : **MARIA LUCIA BUGNI CARRERO SOARES E SILVA** - SP072208
DANIELE CRISTINA ALANIZ MACEDO E OUTRO(S) - SP218575
DANIEL POPOVICS CANOLA - SP164141

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial, interposto por ELIANA CARVALHO DO AMARAL COUTINHO E OUTROS, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, assim ementado:

"FGTS - MANDADO DE SEGURANÇA - DIRETOR NÃO-EMPREGADO QUE RENUNCIA AO MANDATO E DESEJA PRONTO RESGATE DO FGTS. AUSENTE LEGALIDADE A RESPEITO, NEM NA LEI 6.919/81, ARTIGO 4º, NEM NO ARTIGO 20, LEI 8.036/90 - DENEGAÇÃO DA SEGURANÇA.

1. Cristalino que a atitude dos impetrantes, de deliberadamente renunciarem ao mandato de diretor não-empregado, não reúna o condão de autorizar, por si, o desejado resgate de saldo de FGTS.
2. Tanto o artigo 4º, da Lei Especial a tais diretores, sob nº 6.919/81, quanto o artigo 20, da atual LFGTS, de nº 8.036/90, fixam hipóteses estritas, por meio das quais se admita o resgate do enfocado direito trabalhista.
3. Do cotejo mínimo entre a narrativa dos fatos, estampados na preambular, e o teor de referido elenco, na LFGTS, extrai-se não é assegurado o direito de resgate de FGTS exatamente porque não configurada qualquer das situações ali descritas.
4. A pura saída voluntária do pólo demandante, junto ao quadro societário da empresa enfocada, não o autoriza a, por si só, resgatar depósitos efetuados enquanto naquela condição.
5. Ante os rigores naturais a que se sujeita o contexto de hipóteses de

Superior Tribunal de Justiça

resgate do FGTS, regido que deve ser por Lei, não se amolda o quadro do autor a qualquer daqueles dispositivos. Nenhuma irregularidade pratica o Poder Público na denegação aqui atacada.

6. Determina o princípio constitucional da legalidade dos atos administrativos (art. 37, 'caput'), ao qual toda a Administração Pública deve se vergar, seja incumbência do Poder Público prestar observância aos comandos legais pertinentes, em sua conduta perante os administrados.

7. O diploma específico, Lei nº 8.036/90, relativo ao assunto sob debate, aponta as hipóteses nas quais se faz cabível o saque das contas de F.G.T.S., âmbito no qual não repousa (art. 20) qualquer previsão referente à retirada espontânea de sócio/diretor do quadro societário da empresa, o que legitima, 'in totum', a conduta administrativa guerreada.

8. Se observante a regras próprias, não contenedoras da situação do pólo impetrante, não se reveste de qualquer ilegalidade a postura administrativa seguida, inviabilizando a ação ora utilizada, por ausente um seu pressuposto vital de viabilidade.

9. O direito da parte impetrante não se envolve da imprescindível liquidez e certeza, essenciais, pois desgarrada, sua pretensão, de qualquer previsão normativa a respeito.

10. Assim mui bem acerta o consenso pretoriano infra destacado, no sentido de constatar, em tal unilateral gesto, quando muito símile ao voluntário pedido de demissão pelo trabalhador, coincidentemente hipótese não albergada para saque. Precedentes.

11. Nenhuma ilegitimidade na conduta impetrada atacada, de rigor a improcedência ao mandamus, reformando-se a r. sentença com o julgamento de provimento ao reexame necessário, ausente reflexo sucumbencial diante da via eleita.

12. Provimento à remessa oficial. Improcedência ao mandamus" (fls. 133/134e).

O acórdão em questão foi objeto de Embargos de Declaração (fls. e), os quais restaram rejeitados (fls. 150/158e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com base no art. 105, III, a e c, da Constituição Federal, a parte ora recorrente aponta, além do dissídio jurisprudencial, violação aos arts. 535, 128 e 460 do CPC/73, arts. 16 e 20 da Lei 8.036/90, sustentando que (a) "as matérias obscuras, que deveriam ter sido esclarecidas pelo Egrégio Tribunal Regional Federal da Terceira Região, concernem (i) ao julgamento do recurso de ofício por Turma composta exclusivamente de juízes de primeira instância; e (ii) a utilização de questão

Superior Tribunal de Justiça

não suscitada pelas partes no julgamento, e que serviram para fundamentar a decisão recorrida, sendo a questão omissa atinente às declarações de fls. 16 a 19 e ata de assembléia de fl. 20, nas quais constam expressamente o encerramento do mandato que exerciam os Recorrentes em confronto com os requisitos do art. 20 da Lei n. 8.036/90" (fl. 170e); (b) "ilegalidade do julgamento da remessa oficial em patente divergência do argüido pelas partes" (fl. 173e); (c) "os Recorrentes, exercendo a faculdade legal, contribuíram para o FGTS durante todo o período no qual desempenharam funções de administração na sociedade a que estavam vinculados, agora, encerrado este exercício, fazem jus ao levantamento dos montantes integrais dos depósitos feitos" (fl. 180e).

Por fim, requer o provimento do Recurso Especial, para "a) anular o v. acórdão proferido pelo Egrégio Tribunal Regional Federal da Terceira Região por ocasião dos Embargos de Declaração opostos pelos Recorrentes, determinando-se a baixa dos autos para que nova decisão seja proferida; b) caso não seja provido o pedido "a" supra, seja diretamente reformado o venerando acórdão proferido pelo Egrégio Tribunal Regional Federal da Terceira Região, reconhecendo-se o direito dos Recorrentes à liberação dos saldos das contas vinculadas do FGTS" (fl. 184e).

Contrarrazões a fls. 228/233e.

O Recurso Especial foi admitido pelo Tribunal de origem (fls. 238/240e).

Na origem, trata-se de Mandado de Segurança, impetrado pela parte ora recorrente, objetivando a liberação de FGTS, em virtude da renúncia aos cargos de direitos não empregados de empresa comercial.

O Tribunal de origem reformou a sentença que concedera a ordem, por entender que "o diploma específico, Lei nº 8.036/90, relativo ao assunto sob debate, aponta as hipóteses nas quais se faz cabível o saque das contas de F.G.T.S., âmbito no qual não repousa (art. 20) qualquer previsão referente à retirada espontânea de sócio/diretor do quadro societário da empresa, o que legitima, "in totum", a conduta administrativa guerreada" (fl. 130e).

Assiste razão à parte recorrente, especificamente no tocante à alegada violação do art. 535 do CPC/73.

Sobre o referido dispositivo processual, pertinente a lição doutrinária de JOSÉ CARLOS BARBOSA MOREIRA, no sentido de que há omissão quando o tribunal deixa de apreciar questões relevantes para o julgamento, suscitadas por qualquer das partes ou examináveis de ofício, ou quando deixa de pronunciar-se acerca de algum tópico da matéria submetida à sua deliberação, em causa de sua competência originária, ou obrigatoriamente sujeita ao duplo grau de jurisdição, ou ainda mediante recurso. O processualista fluminense, além de anotar que os embargos podem visar ao suprimento de omissão constante da fundamentação do acórdão, ainda ressalta que **o órgão julgador não**

tem o dever de expressar sua convicção acerca de todos os argumentos utilizados pelas partes, por mais impertinentes e irrelevantes que sejam; mas, salvo quando totalmente óbvia, há de declarar a razão pela qual assim os considerou (Comentários ao Código de Processo Civil, Vol. V, 11ª edição, Rio de Janeiro: Forense, 2003, pp. 548-549).

Impende salientar que, excepcionalmente, é possível a atribuição de efeitos infringentes aos Embargos de Declaração, nas hipóteses em que, ao sanar a obscuridade, a contradição, a omissão ou a premissa fática equivocada, a alteração da decisão embargada surja como consequência natural, lógica e necessária da integração do julgamento embargado.

Nos presentes autos, ao opor os Embargos de Declaração, a parte recorrente apresentou as seguintes razões recursais, no que importa ao presente recurso:

"4. Inicialmente, a questão obscura, que desafia o Princípio do Juiz Natural foi o julgamento do recurso oficial proferido por Turma composta, totalmente, por juízes de primeiro grau, o que configura patente incompetência da Turma julgadora.

Longe dos Embargantes questionarem o saber jurídico dos magistrados que compõem a Turma Suplementar da Primeira Seção, mas é certo que os arts. 93, III e 94 da Constituição Federal não autorizam o que aconteceu nestes autos.

Assim, mister se dignem Vossas Excelências anulem o julgamento do recurso oficial, para que outro seja realizado por Desembargadores, em respeito ao comando constitucional acima citado, ou, caso, assim não entendam, justificar o julgamento de recurso oficial por juízes de primeira instância.

5. Ainda, mas não menos importante, é o julgamento da remessa oficial em patente divergência do argüido pelas partes, o que afronta aos arts. 128 e 460 do Código de Processo Civil, gerando, pois, nulidade da decisão.

Excelências, nenhuma das partes teceu uma linha sequer sobre o fundamento que o levou a alterar a r. sentença - 'saída voluntária do pólo demandante, junto ao quadro societário da empresa enfocada, não o autoriza a, por si só, resgatar depósitos efetuados enquanto naquela condição' - assim, e ilegal o conhecimento de questão que exige iniciativa da parte, o que, de certa forma, configura obscuridade a ser esclarecida mediante o conhecimento e provimento deste recurso.

Ainda que ultrapassadas as questões obscuras acima apontadas, resta omissão do julgamento sobre a matéria a seguir informada.

6.- Conforme se observa do v. acórdão embargado, Vossa Excelência entendeu que o fato dos Embargantes renunciaram ao mandato de diretor não-empregado voluntariamente não autoriza ao resgate do saldo das contas vinculadas ao FGTS . Entretanto, nota-se que o v. acórdão não analisa todo o conjunto legal fundamentador da pretensão dos Embargantes, bem como as declarações de fls. 16 a 19 e ata de assembléia de fl. 20, nas quais constam expressamente o encerramento do mandato que exerciam os Embargantes, especialmente o que determina o artigo 20 da Lei n. 8.036/90:

(...)

Nota-se que o regulamento, em sua função de declara o alcance do texto legal, utiliza a expressão, para a hipótese de direito não empregado, 'termino do mandato', expressão esta que é propositadamente vaga para propiciar aos diretores não empregados maior flexibilidade no levantamento do seu fundo, seja pela circunstância da venda de sua participação societária - o que evidentemente tornaria descabida a manutenção do ex-sócio em cargos diretivos, como na presente hipótese - ou pelo decurso do tempo do mandato eletivo.

Imprescindível observar que, não entender assim, seria o mesmo que admitir que a lei estaria a condicionar o levantamento do FGTS de diretores não empregados que vendem sua participação societária à sua manutenção no cargo. Isto, evidentemente, geraria uma total incongruência negociada não pretendida pelo legislador, como a ora chancelada pelo v. acórdão.

(...)

Correto, assim, repetir que o direito ao levantamento pretendido pelos Embargantes só encontra condicionamento nos requisitos constantes dos dispositivos legais acima arrolados, são eles:

- o fato de o ocupante da fração de 'administração não empregado', sendo relevante apenas a alienação da participação societária, ocorrida posteriormente, que pôs termo a atividade gerencial;
- que este fato seja comprovado por declaração da empresa, e
- que o pedido de movimentação da conta seja instruído também com cópia do ato societário que igualmente certifique o encerramento do referido mandato.

Tais requisitos foram dados por preenchidos na hipótese, tanto é assim que o Embargado não alegou falsidade das informações constantes

dos documentos acostados aos autos e chegou a deferir a liberação do FGTS do período da sociedade anônima, o que, em melhor análise, não foi objeto de juízo de valor desta C. Turma, razão pela qual necessário seja integrada a questão acima ao v. acórdão.

7.- Ante tais fatos, *data venia*, o v. acórdão mostra-se obscuro e omissos, uma vez que considerou questão estranha ao feito, bem como julgou o recurso oficial em desacordo com o Princípio do Juiz Natural; e, ainda, não considerou os requisitos do art. 20 da Lei 8.036/90, regulamentado pela Circular CEF n. 5, de 21.12.90.

8- Nobres Julgadores, o v. acórdão partiu de uma premissa equivocada e, nesses casos, os Embargos de Declaração podem assumir efeito infringente, pois com a correção das obscuridades e omissão argüidas certamente o julgado obterá outro resultado" (fls. 143/147e).

Não obstante as supracitadas razões recursais dos Embargos de Declaração (que apontam a existência de omissão e obscuridade na análise da tese de nulidade de julgamento em ofensa ao princípio do juiz natural e na fundamentação não suscitada pelas partes, além da tese de encerramento de mandato, em confronto com os requisitos do art. 20 da Lei 8.036/90, regulamentado pela Circular CEF 5/90), o Tribunal de origem, ao rejeitar os Declaratórios, sem declinar, no acórdão integrativo, os termos em que foram expostos, limitou-se a afirmar que busca a parte recorrente rediscutir o quanto já objetivamente julgado, o que impróprio a via eleita. Em assim procedendo, aquele Tribunal acabou por contrariar o art. 535, I e II, do CPC/73.

Como se observa dos autos, os temas reputados omissos foram apontados nas razões de Apelação e reiterados nos Embargos de Declaração, sem, contudo, a Corte de origem ter se manifestado sobre eles.

Sendo assim, relevante para o deslinde da controvérsia que a Corte **a quo** faça o pronunciamento sobre as referidas matérias, se manifestando acerca dos argumentos que, em tese, teriam o condão de alterar a conclusão do julgado

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, III, do RISTJ, **dou parcial provimento** ao Recurso Especial, anulando o acórdão dos Embargos de Declaração, a fim de que o Tribunal de origem se pronuncie, de maneira motivada, sobre as questões nele suscitadas.

I.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 22 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUETE MAGALHÃES
Relatora

